



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 5º PERÍODO - DATA:

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.

Siga as instruções:

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

Disciplina: Direito do Consumidor

Professor: Mário César M. Miranda

Questão 01

1) No tocante a Proteção Contratual, considere:

I. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo máximo de 15 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial.

II. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

III. As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.

IV. Desfigura a natureza de adesão do contrato, a inserção de cláusula no formulário.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.

Questão 02

Flávia contratou o fornecimento de esquadrias com a empresa Inca, a qual atrasou a entrega dos produtos, causando danos materiais e morais à consumidora. Convencido do fato, o juiz condenou Inca a pagar indenização. Na fase de cumprimento de sentença, porém, verificou-se que Inca passava por dificuldades financeiras, tornando impossível o ressarcimento dos prejuízos, razão pela qual Flávia requereu a desconsideração da personalidade jurídica de Inca. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, o pedido deverá ser

- a) acolhido apenas se Flávia comprovar que Inca praticou ato contrário ao estatuto ou contrato social, porém em relação a todos os sócios.
- b) indeferido, porque a desconsideração da personalidade jurídica somente é possível em caso de abuso da personalidade jurídica, decorrente de confusão patrimonial ou fraude à lei.
- c) acolhido, porque pode ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- d) acolhido apenas se Flávia comprovar que Inca se encontra em estado de insolvência.

Questão 03

Considerando-se a relação jurídica em face da proteção contratual ordenada pelo CDC, é correto afirmar que um consumidor que tenha comprado produto mediante pagamento em 10 prestações

- a) pode liquidar antecipadamente o débito em questão, total ou parcialmente, exigindo redução proporcional dos juros cobrados.
- b) deve ser imediatamente indenizado caso o produto apresente problemas, preferencialmente mediante abatimento do valor da indenização nas prestações vincendas.

- c) dispõe de até 7 dias para desistir da compra realizada, desde que ela tenha sido efetuada no estabelecimento comercial do fornecedor.
- d) pode escolher, no ato da compra, se a garantia do fornecedor contra defeitos aparentes ou ocultos que ocorram no produto adquirido será ou legal ou contratual.

Questão 04

Ivan, a fim de consertar seu automóvel, procurou oficina mecânica e solicitou orçamento de serviços. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção incorreta quanto às normas de defesa do consumidor.

- a) Se aprovado por Ivan, o orçamento vinculará as partes contraentes.
- b) Se for executado qualquer serviço por terceiro, não-previsto no orçamento, Ivan não se obrigará a arcar com eventual acréscimo, mesmo que reste comprovada a imperativa necessidade do mencionado serviço acrescido.
- c) O orçamento entregue a Ivan tem validade de 30 dias, salvo disposição em sentido contrário.
- d) No orçamento confeccionado pela oficina, deve constar o valor da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos a serem empregados, bem como as condições de pagamento e as datas de início e término do serviço.

Disciplina: Direito Civil – Dos Contratos I

Professor: Érica Cristina Molina

Questão 05

(2013 – FUNCAB – ANS) É INCORRETA a seguinte assertiva sobre a classificação dos contratos:

- (A) Solene aquele para cuja formação não basta o acordo das partes, exigindo-se a observância de certas formalidades, em razão das quais o contrato se diz, também, formal.
- (B) Real o contrato para cuja perfeição a lei exige a tradição efetiva do objeto.
- (C) Comutativo o contrato em que a prestação de uma das partes não é precisamente conhecida e suscetível de estimativa prévia, inexistindo equivalência com a da outra parte.
- (D) Coletivo o contrato quando, na sua perfeição, a declaração volitiva provém de um agrupamento de indivíduos, organicamente considerado.

Questão 06

(CESPE - 2014 - TJ-CE) Ricardo comprou uma motocicleta de Manoel, firmando contrato em que não constava nenhuma cláusula expressa sobre a evicção. Após um mês de uso, a motocicleta foi apreendida por um oficial de justiça, que foi à casa de Ricardo cumprir mandado judicial de busca e apreensão fruto de ação judicial. Instado por Ricardo, Manoel declarou desconhecer a ação judicial que originou o referido mandado, alegando que adquiriu a motocicleta de terceiro. Considerando essa situação hipotética e o disposto no Código Civil, assinale a opção correta.

- (A) Ricardo deverá demandar judicialmente Manoel, que responderá pela evicção.
- (B) Manoel não responderá pelo dano experimentado por Ricardo, porque não tinha conhecimento da ação judicial e do mandado.
- (C) Manoel responderá pelo dano somente se for comprovada a sua má-fé.
- (D) Ricardo não terá direito à indenização pela perda do veículo, em razão da liberdade de contratar.

Questão 07

(UFMT - 2014 - MPE-MT) Sobre os preceitos constantes no Código Civil a respeito Dos Vícios Redibitórios, analise as assertivas. I - A coisa recebida em virtude de contrato comutativo ou doação onerosa pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é

destinada, ou lhe diminuam o valor. II - Se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá somente o valor recebido pelo negócio e as despesas do contrato. III - A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição. IV - O prazo decadencial para o ajuizamento da ação redibitória ou da ação quanti minoris é de quinze dias, no caso de bens móveis, e de um ano, no caso de bens imóveis, contado da entrega efetiva. Estão corretas as assertivas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.

Questão 08

(MPDFT - 2004 - MPDFT) A respeito da extinção dos contratos, assinale a opção correta.

- (A) Considere a hipótese em que foi firmado um contrato de empréstimo-financiamento entre instituição bancária e pessoa física, no qual foi inserida cláusula pela qual o devedor autorizava o desconto do débito das prestações do financiamento por consignação em folha de pagamento ou em sua conta bancária. Após o pagamento de algumas parcelas mensais, o devedor constata que não tem condições financeiras para continuar a cumprir as obrigações contratuais, porque o valor da prestação tornou-se insuportável, correspondendo a quase 80% do valor líquido de seus rendimentos. Nessa situação, o devedor poderá pleitear judicialmente a resolução do contrato, sem indenização, por onerosidade excessiva ou pedir o reajuste das prestações em base compatível com o seu rendimento.
- (B) Em caso de inadimplemento pelo devedor da obrigação assumida no contrato, este pode purgar a mora oferecendo ao credor as prestações vencidas, acrescidas da indenização dos danos causados ao credor pelo mora. Assim, se o devedor purgar a mora, não poderá o credor rejeitar a prestação, transformando a mora em inadimplemento definitivo e pleitear a resolução do contrato
- (C) Na inexecução da obrigação, o contratante credor tem de demonstrar o inadimplemento, cabendo ao contratante devedor provar que não agiu com culpa para eximir-se da responsabilidade. No entanto, essa regra é modificada quando se trata de obrigação de não fazer ou de cumprimento defeituoso.
- (D) Após a entrega do bem alienado por meio de contrato de promessa de venda, o vendedor tomou conhecimento que o comprador, à época do ajuste, já se encontrava em estado de insolvência, com numerosos títulos protestados por falta de pagamento. Vencido o prazo, o devedor não cumpriu a obrigação de pagar o preço. Nessa hipótese, o contrato é nulo, devendo o contratante vendedor pleitear judicialmente a sua resolução, argüindo a ocorrência de omissão dolosa do outro contratante.

Disciplina: Direito Tributário Público e Privado

Professor: Aduino José de Oliveira

Questão 09

- 1 - No que respeita ao lançamento tributário, é correto afirmar que
- a) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
 - b) o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não pode ser alterado.
 - c) lançamento de ofício é a modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o tributo devido, para ulterior homologação pelo fisco.
 - d) havendo decisão administrativa definitiva que anule determinado lançamento fiscal por vício formal, fica impedido o fisco de efetuar novo lançamento para constituição do crédito tributário.

Questão 10

(Agente Fiscal do Tesouro/RS – FAURGS) Entre os princípios do Direito Tributário brasileiro atual, assinale aquele que mais tem sido restringido em seu sentido e/ou em seu alcance:

- a) da legalidade
- b) da isonomia
- c) da anualidade
- d) da anterioridade

Questão 11

No caso de, após a ocorrência do fato gerador, advir lei que amplie os poderes de investigação das autoridades administrativas, o lançamento será regido pela lei que estiver em vigor na data

- a) do pagamento do tributo.
- b) da feitura do lançamento.
- c) da ocorrência do fato gerador.
- d) da cobrança do tributo.

Questão 12

Na hipótese de lançamento tributário, quando se opera pelo ato em que a autoridade administrativa fiscal competente, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressa ou tacitamente homologa o recolhimento de tributos, cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento, não há necessidade de prévia anuência do Fisco. Nesse caso, a modalidade de lançamento tributário configura-se como:

- a) por homologação
- b) por declaração.
- c) por arbitramento.
- d) direto.

Disciplina: Ética Geral e Profissional

Professor: Alexandre Chibante Martins

Questão 13

Os advogados criminalistas X e Y atuavam em diversas ações penais e inquéritos em favor de um grupo de pessoas acusadas de pertencer a determinada organização criminosa, supostamente destinada ao tráfico de drogas. Ao perceber que não havia outros meios disponíveis para a obtenção de provas contra os investigados, o juiz, no âmbito de um dos inquéritos instaurados para investigar o grupo, atendendo à representação da autoridade policial e considerando manifestação favorável do Ministério Público, determinou o afastamento do sigilo telefônico dos advogados constituídos nos autos dos aludidos procedimentos, embora não houvesse indícios da prática de crimes por estes últimos. As conversas entre os investigados e seus advogados, bem como aquelas havidas entre os advogados X e Y, foram posteriormente usadas para fundamentar a denúncia oferecida contra seus clientes.

Considerando-se a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) A prova é lícita, pois não havia outro meio disponível para a obtenção de provas.
- B) A prova é lícita, pois tratava-se de investigação de prática de crime cometido no âmbito de organização criminosa.
- C) Considerando que não havia outro meio disponível para a obtenção de provas, bem como que se tratava de investigação de prática de crime cometido no âmbito de organização criminosa, é ilícita a prova obtida a partir dos diálogos havidos entre os advogados e seus clientes. É, no entanto, lícita a prova obtida a partir dos diálogos havidos entre os advogados X e Y.
- D) A prova é ilícita, uma vez que as comunicações telefônicas do advogado são invioláveis quando disserem respeito ao exercício da profissão, bem como se não houver indícios da prática de crime pelo advogado.

Questão 14

A advogada Ana retirou de cartório os autos de determinado processo de conhecimento em que representava a parte ré, para apresentar contestação. Protocolou a petição tempestivamente, mas deixou de devolver os autos em seguida por esquecimento, só o fazendo após ficar pouco mais de um mês com os autos em seu poder. Ao perceber que Ana não devolvera os autos imediatamente após cumprir o prazo, o magistrado exarou despacho pelo qual a advogada foi proibida de retirar novamente os autos do cartório em carga, até o final do processo.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, deve-se assentar quanto à sanção disciplinar que

- A) não se aplica porque Ana não chegou a ser intimada a devolver os autos.
- B) não se aplica porque Ana ficou menos de três meses com os autos em seu poder.
- C) aplica-se porque Ana reteve abusivamente os autos em seu poder.
- D) aplica-se porque Ana não poderia ter retirado os autos de cartório para cumprir o prazo assinalado para contestação.

Questão 15

Determinada causa em que se discutia a guarda de dois menores estava confiada ao advogado Álvaro, que trabalhava sozinho em seu escritório. Aproveitando o período de recesso forense e considerando que não teria prazos a cumprir ou atos processuais designados durante esse período, Álvaro realizou viagem para visitar a família no interior do estado. Alguns dias depois de sua partida, ainda durante o período de recesso, instalou-se situação que demandaria a tomada de medidas urgentes no âmbito da mencionada ação de guarda. O cliente de Álvaro, considerando que seu advogado se encontrava fora da cidade, procurou outro advogado, Paulo, para que a medida judicial necessária fosse tomada, recorrendo-se ao plantão judiciário. Paulo não conseguiu falar com Álvaro para avisar que atuaria na causa em que este último estava constituído, mas aceitou procuração do cliente assim mesmo e tomou a providência cabível.

Poderia Paulo ter atuado na causa sem o conhecimento e a anuência de Álvaro?

- A) Paulo poderia ter atuado naquela causa apenas para tomar a medida urgente cabível.
- B) Paulo poderia ter atuado na causa, ainda que não houvesse providência urgente a tomar, uma vez que o advogado constituído estava viajando.
- C) Paulo não poderia ter atuado na causa, pois o advogado não pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, ainda que haja necessidade da tomada de medidas urgentes.
- D) Paulo não poderia ter atuado na causa, pois os prazos estavam suspensos durante o recesso.

Questão 16

Gabriela é sócia de uma sociedade de advogados, tendo, no exercício de suas atividades profissionais, representado judicialmente Júlia. Entretanto, Gabriela, agindo com culpa, deixou de praticar ato imprescindível à defesa de Júlia em processo judicial, acarretando-lhe danos materiais e morais.

Em uma eventual demanda proposta por Júlia, a fim de ver ressarcidos os danos sofridos, deve-se considerar que

- A) Gabriela e a sociedade de advogados não podem ser responsabilizadas civilmente pelos danos, pois, no exercício profissional, o advogado apenas responde pelos atos que pratica mediante dolo, compreendido por meio do binômio consciência e vontade.
- B) a sociedade de advogados não pode ser responsabilizada civilmente pelos atos ou omissões praticados pessoalmente por Gabriela. Assim, apenas a advogada responderá pela sua omissão decorrente de culpa, no âmbito da responsabilidade civil e disciplinar.

C) Gabriela e a sociedade de advogados responderão civilmente pela omissão decorrente de culpa, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar da advogada, cuidando-se de hipótese de responsabilidade civil solidária entre ambas.

D) Gabriela e a sociedade de advogados podem ser responsabilizadas civilmente pela omissão decorrente de culpa. A responsabilidade civil de Gabriela será subsidiária à da sociedade e ilimitada pelos danos causados, sem prejuízo de sua responsabilidade disciplinar.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Professor: Laurinéia Borges

Questão 17

São elementos identificadores da ação:

- a) Juízo, partes e pedido;
- b) Juízo competente, causa de pedir e demanda;
- c) Partes, causa de pedir e pedido;
- d) Partes, interesse processual e pedido;

Questão 18

Sobre ação e condições da ação, assinale a alternativa **Incorreta**:

- a) As condições da ação constituem alguns requisitos que o autor deve preencher para que sua demanda seja julgada.
- b) O pedido é juridicamente impossível quando a pretensão processual deduzida for vedada pelo ordenamento jurídico
- c) Existirá ação mesmo quando o autor não tiver direito a uma resposta de mérito.
- d) A ausência das condições da ação pode ser conhecida pelo juiz de ofício.

Questão 19

O Processo _____ é um instrumento de segurança, que visa resguardar o interesse dos litigantes. É procedimento essencial na medida em que o processo principal, seja de cognição ou execução, torna-se moroso por diversos fatores, podendo vir a causar prejuízo aos interessados. O texto acima diz respeito ao

- a) Processo de conhecimento
- b) Processo Cautelar
- c) Processo de execução
- d) Processo Declaratório

Questão 20

A Capacidade _____ consiste na aptidão para dirigir petições ao juiz, sendo privativa do advogado e de profissionais do direito que exerçam funções análogas, no âmbito de suas atribuições, como o Promotor de Justiça e o Defensor Público. O texto acima diz respeito a

- a) Capacidade postulatória
- b) Capacidade de ser parte
- c) Capacidade de estar em juízo
- d) Condição da ação

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial III

Professor: Juliana Soller

Questão 21

João Carlos, 59 anos, natural de Irecê-BA, divorciado, mudou-se para Iturama-MG, onde conheceu Tereza Rosa, 30 anos, viúva de Carlos Alberto. João Carlos, é pai do falecido Carlos Alberto, fato este desconhecido por Tereza Rosa, já que esta não teve a oportunidade de conhecer a família do marido. João Carlos encantou-se com Tereza Rosa e ocultou desta ser seu sogro, tendo estes se casado. Diante da situação hipotética acima, a conduta de João Carlos configura o crime de:

- a) Bigamia;
- b) induzimento a erro essencial ou ocultação de impedimento;
- c) conhecimento prévio de impedimento;
- d) simulação de casamento.

Questão 22

Tércio, empresário bem sucedido do ramo imobiliário, é pai de Maria Clara, em favor da qual foi condenado a pagar 02 salários mínimos mensais, a título de pensão alimentícia. Tércio, mesmo possuindo condições financeiras favoráveis, deixa, sem justa causa, de pagar os alimentos, fato que tem feito Maria Clara passar por privações. Na situação hipotética acima narrada é possível afirmar que a conduta de Tércio configura:

- a) abandono material;
- b) abandono intelectual;
- c) abandono moral;
- d) não configura ilícito penal.

Questão 23

Pedro Henrique, maior e capaz, conhece Rosa Helena, também maior e capaz, a qual estava grávida de 7 meses de Caio. Caio no intuito de não reconhecer o filho desapareceu e não deixou paradeiro. Pedro Henrique acolheu Rosa Helena e assumiu o filho desta como seu, dando toda assistência afetiva e financeira, inclusive registrou a criança como seu filho. Ante o caso hipotético acima e o previsto nos crimes contra o estado de filiação. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A conduta de Pedro Henrique ao registrar como seu o filho de outrem, configura ilícito penal punível com reclusão;
- b) Mesmo configurando crime, Pedro Henrique agiu por reconhecida nobre e diante disto poderá ser beneficiado com perdão judicial ou redução da pena.
- c) O crime de registrar como seu o filho de outrem, admite figura privilegiada e perdão judicial.
- d) Mesmo que Pedro Henrique tenha agido por motivo de reconhecida nobreza, deve ser punido nas penalidades previstas, não havendo previsão legal de nenhum benefício ou figura privilegiada.

Questão 24

Promover no registro civil a inscrição de nascimento inexistente, tipifica:

- a) supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido;
- b) Registrar como seu o filho de outrem;
- c) Registro de nascimento inexistente;
- d) Sonegação do estado de filiação.